ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Paulo de Sousa Mendes

Entre o dever e a autonomia – Genealogia crítica de dois conceitos

O conceito de dever é constituído por três elementos: uma autoridade moral, uma norma emanada por essa entidade que diz a outrem que coisa seria bom praticar ou deixar de praticar e uma crença do destinatário na necessidade de obediência. Os Gregos não possuíam a noção de dever porque prezavam a independência de pensamento e a autodeterminação moral como características do bom cidadão. Vinte e cinco séculos depois, onde está a autonomia do indivíduo diante do dever? A ética das virtudes promove o surgimento de indivíduos autónomos, livres e responsáveis, o que potencia o florescimento das potencialidades dos seres humanos, em si mesmos e com respeito pelos seus iguais e até pelos seres sencientes e pela vida em seu esplendor. Dir-se-á que a ética das virtudes é elitista, dado que pressupõe indivíduos ilustrados. Tal não pode deixar de ser verdade se considerarmos que a cidade (polis) era a moldura preestabelecida da existência humana e a discussão acerca da virtude (aretê), em ordem à conquista da plenitude (eudaimonia), enquanto realização das potencialidades individuais, qualificava o estatuto dos seres humanos nesse mundo instalado de privilegiados. Não é assim nas modernas sociedades complexas em que os diferentes grupos sociais exibem gritantes diferenças de civismo, cultura e educação. Mas a ética das virtudes, quando é posta à prova em contextos renitentes, mostra a sua garra, nem que seja por se colocar do lado da promoção do civismo, da cultura e da educação. Ou será que preferimos ceder diante da verificação de que os indivíduos são desprovidos dessas qualidades, ainda que tal se deva à falta de melhores oportunidades em suas vidas difíceis? Dir-se-ia que os indivíduos só alinham no bem comum sob a égide do dever, garantido pela cominação de sanções para a sua violação. Mas é triste o destino da sociedade que desiste de criar um espaço de comunicação entre cidadãos autónomos, livres e responsáveis.

Academia das Ciências de Lisboa, 30 de janeiro de 2025